

PMS	...
BREJO	...
Trabalho	...
Data	22/03/2007
Caderno	...
Salvador	42
Secção	...
Assun.	...
Estação de Transbordo	

Desemprego ronda as estações de transbordo

LORENA COSTA

A privatização das estações de transbordo de Salvador voltou a ser debatida ontem na Câmara Municipal. A discussão, proposta por vereadores da bancada do PC do B, reuniu opiniões de membros da sociedade que devem ser agora analisadas pela prefeitura, através da Superintendência de Transportes Públicos (STP). Com edital suspenso por 60 dias, desde 28 de fevereiro, o assunto tem preocupado comerciantes e vendedores ambulantes das estações, que temem perder o emprego.

Aumiranda Oliveira Santos, 44 anos, vive da venda de lanches na Estação Pirajá e disse temer as consequências da privatização. "Isso será horrível para nós. Se os empresários ficarem com as estações, eles não vão querer a gente lá". A ambulante, que hoje trabalha na estação de maneira gratuita, receia ainda que as empresas passem a cobrar valores exagerados pela garantia de espaço. "O que eu tenho medo também é que eles nos deixem ficar, mas cobrem caro por isso e a gente não tenha como pagar", completou.

Para João Gualberto Filho, 38 anos e ambulante da Estação Pirajá há 16, a privatização é uma medida egoísta. "A prefeitura não está pensando em nós, os empresários não pensam em nós. Sei que isso será ruim para o ambulante porque as empresas só pensam no lucro delas mesmas e a parte fraca da história, que somos nós, é que acaba sendo prejudicada", disse.

Por conta da insegurança provocada pelo anúncio de privatização das estações de transbordo da cidade um movimento foi criado a fim de barrar o processo de licitação. Conforme o presidente da Associação de

Ambulantes, Marcos Luiz de Almeida, o Movimento em Defesa dos Transportes Públicos de Salvador já conta com membros de 12 entidades. "A suspensão do edital já é significativo para que a gente possa rediscutir essa proposta", afirmou.

Conforme o engenheiro Edson Luiz do Nascimento, representante do CREA-BA no Conselho de Transporte do Município, vários são os pontos que precisam ser analisados no edital. "Nós verificamos o documento e alguns questionamentos foram levantados. Encaminhamos para o Ministério Público Estadual e para a prefeitura a análise de, pelo menos, cinco pontos que precisam ser revisados", afirmou.

Entre os aspectos negativos do edital, conforme análise do Crea, estão a licitação em bloco, onde é validada a concessão para as oito estações da cidade, o prazo do contrato — de 20 anos renováveis por mais 20, a inadequação as leis de acessibilidade do município, a não especificação dos serviços que deverão ser implantados pela concessionária e a falta de especificações quanto ao cumprimento do prazo de manutenção. "Ainda não tivemos nenhuma resposta quanto a isso, mas discutir esses pontos são importantes até porque dizem respeito ao cumprimento de leis da cidade", esclareceu Nascimento.

Críticas quanto ao valor cobrado pela gestão das estações também foram feitas. De acordo com a vereadora Aladilce Souza, o valor é insignificante. "O edital cobra um preço de banana, cerca de R\$1.043 por cada estação. Nós não concordamos com a entrega de patrimônios públicos, pois consideramos que a prefeitura tem condições de administrá-los e, se não tem, passamos a questionar a sua capacidade de administrar a cidade".



FOTO: ROMILDO DE JESUS

As estações de transbordo continuam sendo um grande problema na capital baiana, e a privatização pode ser solução

STP diz que privatização é vantajosa

De acordo com o superintendente de transportes públicos, Gervasio Carvalho, a concessão será vantajosa, dentre outras razões, pela capacidade de investimento e crescimento no que diz respeito à qualidade de serviço oferecido nas estações de transbordo. "A concessão nos abre a possibilidade de termos estações mais modernas. Salvador não pode mais ficar atrasada quanto a isso", disse.

Carvalho chamou de "preocupação" a proposta da prefeitura de transferir a gestão das estações para empresas privadas. "Devemos entender que não é uma privatização e sim

uma concessão. As nossas estações de transbordo estão deficientes e foi preciso pensar em um modo de oferecer um serviço melhor para a população. A medida é uma preocupação da prefeitura com o fornecimento de bons serviços ao cidadão e é isso que estamos procurando fazer", afirmou.

A concessão, garantiu Carvalho, não deve significar retirada das pessoas que trabalham na estação. "De modo algum estamos pensando nisso. Lógico que eles poderão estar sujeitos a algumas normas adotadas pela concessionária, como a cobrança de alguma taxa, mas o valor será

pensado de modo que eles possam pagar. Já conversamos com alguns deles e o que nos foi afirmado é que haveria a possibilidade do pagamento de valores entre R\$20 e R\$30".

Outra garantia é a de que a concessão não influenciaria no valor da tarifa. "O preço do transporte não tem qualquer relação com concessões nas estações de transbordo. Os valores de tarifa são discutidos por outros órgãos e, havendo a mudança, o fato das estações serem administradas por empresa privada não deve influenciar nisso. Na verdade, o que mudará é a qualidade de serviço que será muito melhor", considerou.